

25 de nov./19

MUDANÇAS CLIMATICAS- O PONTO DE VISTA DAS COMUNIDADES LITORÂNEAS DE PESCADORES

JOHN CORDELL

JANEIRO, 2009

Tradução: Antonio Diegues (nov.2019)

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as relações entre cultura e meio-ambiente em sociedades de pescadores tem uma longa e produtiva história na pesquisa antropológica, etno-história e ecologia humana. A comparação da história da cultura em sociedades de pescadores permite elaborar perspectivas e percepções úteis sobre a dinâmica das mudanças climáticas e como as comunidades locais as estão enfrentando e desenvolvendo sistemas de orientação que formatam suas preocupações com a logística, padrões de assentamentos humanos e prioridades de suas famílias. Enquanto muito mais escalas espaciais são necessárias para previsões mais conclusivas sobre mudanças climáticas de hoje e para formar visões mais realistas e conclusões sobre as tendências globais, torna-se fundamental não perder de vista as comunidades de pescadores e o que possa ser apreendido ao enfatizar o que se sabe que pode acontecer em habitats culturalmente significativos e escalas geográficas, e em alguns casos os horizontes do tempo em que essas comunidades aí habitam por várias gerações.

Em vez de se basear somente nos bancos de dados universais e nos sistemas de GIS para prever o futuro ecológico (o conhecimento especializado ainda hoje de posse de pesquisadores de universidades e de algumas instituições de manejo de informação financeiramente poderosas), pode-se acessar diversos sistemas de conhecimento local que merecem mais consideração ao se desenhar políticas de uso e conservação dos recursos naturais. Os estudos de caso mencionados neste trabalho comparam as raízes cíclicas das tendências climáticas a nível local no litoral Nordeste Brasileiro e Oceania oriental, locais em que tenho experiência de campo com grupos de pescadores nativos e comunidades tradicionais de pescadores artesanais. Políticas ambientais alternativas podem ser necessárias para essas regiões, fora dos debates clássicos sobre aquecimento

global que enfoca o desenvolvimento de países industrializados com grandes populações urbanas. Note-se que isso não deixa de lado países em desenvolvimento (África tem hoje uma população urbana maior que a dos Estados Unidos e 25% das cidades que mais crescem no mundo).

Antes de se apressar em explorar o potencial de investimento do mercado de carbono, nós devíamos nos perguntar: estamos nós à beira de uma mudança climática sem precedentes, que pode potencialmente transformar todos os biomas do planeta? Vamos todos nós nos transformar em refugiados das mudanças climáticas? Quanto às mudanças globais causadas pelo efeito estufa, não há diferenças importantes em termos de riscos geográficos. Os corais, de um lado são altamente vulneráveis às ondas gigantes, tormentas ou secas como sempre foram ao longo da história. Da mesma forma, pode-se considerar partes de continentes que foram ou ainda são sujeitas às dinâmicas das secas adversas às populações humanas. (Ilustradas pelas secas recentemente documentadas em partes da Austrália, Brasil, África, América do Norte).

A diversidade cultural representada pelas sociedades de pescadores nativos e de pescadores artesanais tradicionais tem uma pegada de carbono reduzida e sua contribuição para o aquecimento global é relativamente pequena. Ainda assim elas ajudam a entender as escalas temporais e alargar a linha de dados de base biogeográfica para a interpretação dos impactos das mudanças climáticas em sociedades com capacidade de adaptação aos habitats locais e climas áridos. Enquanto o clima da terra pode ter ficado relativamente estável nos últimos 1000 anos, as previsões pelas lentes da história humana estão sendo usadas para avaliar as emissões de gases de efeito estufa sobre como o planeta, são hoje ainda muito imprecisas (com exceção dos últimos 100-150 anos). As informações arqueológicas indicam que a mudança climática ocorre de forma desigual nos microambientes, e não é uniformemente distribuída. Muitos fracassos na pesca podem ser atribuídos a outras causas além das mudanças climáticas que criam dificuldades para as comunidades locais como a sobrepesca, a poluição advinda de atividades econômicas em terra, as monoculturas, o turismo de alto impacto, a aquicultura empresarial insustentável, e a falta de estruturas de governança efetivas para o manejo costeiro integrado.

Várias comunidades litorâneas cronicamente empobrecidas e territórios pouco habitados estão na mira de grupos conservacionistas, governos, empresas madeireiras

por razões equivocadas. Políticas nacionais destinadas a converter economias de subsistência para a produção de biodiesel e reduzir a produção de gases de efeito estufa, por exemplo, provavelmente não são a melhor maneira para promover estabilidade ecológica e aumentar a mobilidade social. Os esforços regulatórios centralizados necessários para reduzir o aquecimento global terão custos sociais e políticos sobre as populações pobres. Existem valores culturais em jogo, particularmente aqueles que preservam a força e as vantagens da versatilidade da comunidade em se adaptar às mudanças climáticas através de estratégias diversificadas (baseadas no capital social, nas economias fora do mercado, cooperação e capacidade de participação comunitária). Em algumas culturas marítimas, essas práticas têm uma longa história.

Os direitos coletivos e justiça social, sobretudo aqueles que se baseiam na defesa de direitos comunitários sobre os territórios de terra e de mar são fundamentais desde que não possam ser vendidos a terceiros. No entanto, os mecanismos de coordenação em níveis mais altos precisam ser reforçados afim de reconhecer e proteger as propriedades comunais em escalas localmente manejáveis- essencialmente em escala comunitária: escalas que os indivíduos possam identificar e com as quais eles possam se relacionar. Definir eco-regiões e pescas baseadas em ecossistemas, expandir a rede de áreas protegidas marinhas, mesmo que essas estratégias façam sentido em termos da complexidade dos processos biológicos são estratégias financeiramente muito dispendiosas e abstratas para serem efetivamente implementadas em países pobres do Terceiro Mundo.

Estudos sobre como mudanças climáticas abruptas estão ainda em sua infância. Enquanto novas informações são publicadas a cada mês, os dados de períodos paleontológicos são incompletos. Como as definições de mudanças climáticas abruptas estão sendo refinadas, os cientistas continuam a relançar hipóteses sobre esses mecanismos, mas poucos desses métodos foram testados usando modelos climáticos. Mesmo em relação aos eventos abruptos mais conhecidos, o Younger Dryas, de cerca de 11.000 anos atrás, nem os aumentos globais de temperatura ou de chuvas nem as mudanças de gases que acompanham a circulação oceânica e atmosférica são bem conhecidos. Até em relação aos dados aproximados disponíveis, uma coisa é relativamente certa: o sistema climático mudou, no passado remoto de forma mais ampla e rápida do que conhecemos nestes últimos séculos ou estimado nos últimos 10.000 anos.

No Younger Dryas, depois que as temperaturas no Hemisfério Norte começaram a ficar mais altas, a partir da última glaciação, elas voltaram rapidamente às condições glaciais existentes antes. Cerca de 1000 anos depois, as temperaturas se elevaram abruptamente, alcançando na Groelândia cerca de 8 graus positivos numa década. Em comparação, a mudança na temperatura média nos últimos 140 anos foi de menos de 1 grau centigrado comparado com um aumento de 1 a 2 graus centigrados estimados para todo o período do Holoceno, ou seja, nos últimos 10.000 anos. Uma hipótese bem sustentada é que o sistema climático apresenta diferentes modos de estabilidade e muda rapidamente entre eles. Os dados paleológicos as últimas dezenas de milhares de anos revelam períodos interglaciais quentes como os de hoje e que persistiram por dez mil anos ou mais e períodos glaciais em que grandes camadas de gelo cobriram os continentes do Hemisfério Norte. É pouco provável que esses ciclos naturais e mudanças de temperatura possam ser atribuíveis exclusivamente à intervenção humana pelo uso crescente de energia fóssil e do crescente desmatamento ocorrendo hoje.

Como podemos levar em conta os ambientes costeiros e o comportamento das comunidades de pescadores?

Em conferencia organizada na Austrália (IMPACI), um dos maiores defensores da conservação da biodiversidade marinha (NORSE, 2005) afirmou que “uma das coisas mais difíceis de se fazer aceitar no domínio da conservação marinha é o estabelecimento de áreas protegidas marinhas em alto mar. A afirmação de Norse, ainda que importante, pode ser discutível. Um dos maiores desafios para a conservação reside nas áreas costeiras: o que governos, organizações internacionais, ONGs e comunidades locais podem fazer para reconhecer e perpetuar a unidade básica da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras tropicais ? A interface terra-mar é o local em que as pressões desenvolvimentistas são as mais intensas e problemáticas, ameaçando comunidades humanas, habitats marinhos e costeiros bem como seus recursos naturais.(Banco Mundial, 2006). É na zona costeira onde mais se sente a perda diversidade marinha e cultural que poderiam formar o pilar do desenvolvimento sustentável da pesca artesanal.(Cordell,2003, 2006)

Um sentido de amplidão, direção e potencial de trabalho nessas áreas pode emergir, analisando as experiências em duas regiões tropicais bem distantes tanto

geopoliticamente quanto em termos de história cultural: A região Nordeste do Brasil, Norte da Austrália e Oeste da Oceania.

As comunidades de pescadores nessas áreas estão entre as mais ricas do mundo, etnograficamente bem documentadas, utilizando recursos pesqueiros de grande biodiversidade. Num primeiro olhar, dificilmente se pode constatar algo em comum entre essas regiões. No entanto, vários pontos em comum podem ser vistos no que tange a implantação de áreas protegidas marinhas e às crônicas da antropologia marítima. Nas últimas décadas, estudos etnográficos feitos no Brasil e no Oeste da Oceania geraram intercâmbios e debates sobre a ocorrência, extensão, funções e consequências decorrentes das perdas de sistemas territoriais de pesca e conhecimentos sobre a biodiversidade marinha. Estudos nessas regiões continuam a fornecer novas perspectivas para o estudo de manejo de sistemas de uso comum dos recursos, direitos das comunidades locais e demandas de áreas de pesca, inicialmente na perspectiva de manejo pesqueiro, contestando noções arraigadas da “tragédia dos comuns” como causa principal do declínio da pesca. No entanto, mais recentemente, os estudos mencionados sugerem oportunidade para se usar noções como *tenência marítima e o conhecimento tradicional* como ferramentas importantes para o reforço das áreas protegidas marítimas.

Como a Amazônia, a costa brasileira, com 8.000 km é um tesouro brasileiro e internacional. Essa costa foi, ao mesmo tempo o motor do desenvolvimento industrial no após a 2ª guerra mundial e sua vítima. O Brasil pode mal suportar os custos humanos, sócioeconômicos e ambientais de hoje e de amanhã resultantes de um uso intensivo e de um litoral não manejado, susceptível de um desastre humano adicional e do colapso da pesca?

A degradação costeira impacta, desproporcionalmente, as famílias pobres e aquelas que são dependentes de mulheres como chefes de família em áreas rurais e peri-urbanas do Nordeste, onde a pesca muitas vezes é a fonte de meio de vida dos pobres entre os pobres. Ainda assim o litoral é o território de inúmeras populações tradicionais, culturalmente distintas dos povos indígenas e modernos. Eles apresentam identidades culturais, perpetuadas pelas economias de pequena escala que poderiam se tornar mais eficientes e produtivas, formando assim, possivelmente as bases de um desenvolvimento sustentável e de conservação da biodiversidade ao longo da costa

(desde que áreas de reserva possam ser destinadas ao uso exclusivo dessas populações tradicionais, colocadas em rede).

No entanto, até agora nenhum programa de assistência internacional de conservação e desenvolvimento foi elaborado para resgatar a costa brasileira, (por.ex: reforçando a capacidade de gestão, etc) ajudando a melhorar os meios de vida das populações tradicionais, empoderando-as para proteger as áreas costeiras. As comunidades litorâneas do sudeste brasileiro, no Estado de São Paulo, as comunidades tradicionais de “ caiçaras”, por exemplo tem cuidado das florestas tropicais e dos manguezais por mais de três séculos.

O Brasil está desenvolvendo um sistema de áreas protegidas marítima de uso múltiplo chamado de reservas extrativistas marinhas (Resex Marinhas). Isso também pode ser considerado um sonho coletivo: modos de vida sustentável de pescadores e a conservação marinha podem ser conseguidos num esquema unificado visando promover justiça social. Iniciado em 1994, apesar das dificuldades, esse sistema está se tornando realidade. As Resex Marinhas estão fundadas em ideologias culturalmente construídas sobre relações ecológicas humanas com o mar que encorajam participação comunitária e equidade (ver Teixeira de Andrade-Downs, 2006; Pinto da Silva, 2004). A sessão abaixo retoma algumas questões sobre o papel da cultura em comunidades pesqueiras artesanais no Brasil.

Essa história ajuda a lançar uma luz sobre essa experiência no Brasil. Um caso semelhante está ocorrendo no NE da Austrália e em outros lugares da Oceania e em outros países. Um caso comparativo de tendência de áreas protegidas marinhas no Estreito de Torres, na Austrália indica que a cultura, a resistência e a justiça social estão abrindo novas oportunidades para valorizar a herança cultural na conservação marinha. A perspectiva que emerge deste breve estudo comparativo ilustra que comunidades de pescadores tradicionais e não tradicionais podem e estão encontrando novas aplicações valiosas de seus conhecimentos para o manejo de áreas protegidas marinhas contemporâneas e para pescas sustentáveis. Muitos pescadores combinam horticultura na zona litorânea e ajustam seus cultivos com os padrões climáticos, baseados em períodos de seca no interior do Nordeste. O litoral sempre ofereceu abrigo para os migrantes afetados pelos períodos de seca e algumas dessas pessoas passaram a coletar mariscos na faixa litorânea.

HABITATS COSTEIROS E PESCA ARTESANAL COMO REFUGIO PARA OS POBRES NA SOCIEDADE ESTRATIFICADA DO BRASIL

Pode ser útil retroceder no tempo, para as décadas de 1960 e 1970, quando começaram a aparecer os primeiros trabalhos antropológicos sobre as comunidades litorâneas de pescadores artesanais. Deve-se perguntar se e até que ponto ideias que motivaram os trabalhos nos limites da ecologia humana, das sociedades de pescadores e antropologia de décadas atrás ficaram somente na memória ou se ainda tem alguma validade no presente e no futuro.

Trabalhos de campo sobre os impactos sociais e ambientais de programas para aumentar as capturas pela introdução de rede de náilon nas comunidades tradicionais de pescadores na Bahia (Cordell, 1972) trouxeram inúmeras surpresas e descobertas. Ao estudar como os pesqueiros eram classificados, onde os mestres de pesca decidiam pescar e como conflitos surgiram nos locais de pesca entre os que passaram a operar com redes de náilon e os que ainda usavam as tradicionais redes de cerco, observou-se um intrincado padrão de posses desses pesqueiros, reconhecidos localmente, que se estendiam pelos manguezais e áreas estuarinas. Na época, na falta de um termo melhor eu chamei esse sistema reconhecido pela comunidade (mas desconhecido pelas autoridades) e que regulava o acesso aos pesqueiros de *tenência do mar* (Cordell, 1973; 1974).

Trabalhos posteriores no Brasil, (sintetizados por Diegues, 1995, Begossi, 2001,2006) Robben 1989, Weigand e Lopes, 2001) e em comunidades de pescadores em outras regiões do mundo revelaram como comunidades criam seus próprios sistemas de acesso aos pesqueiros, com seus direitos tradicionais, com sofisticados processos de inclusão-exclusão e princípios distintos dos usados pelos governos para regulamentar as pescas. Esses sistemas eram mais difundidos do que se pensava anteriormente entre pescadores artesanais litorâneos (Cordell 2002). Essa descoberta trouxe boas e más notícias para as autoridades responsáveis pela legislação pesqueira pois colocavam a questão de saber se esses sistemas de “ tenência dos locais de pesca podiam funcionar como fator limitante para o acesso livre poderiam ser, de fato, incorporados nas regulamentações oficiais.

Nos anos 1970 havia pouca esperança pela justiça social no Brasil e nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida na Bahia pela pesca artesanal. No entanto, uma espécie de liberdade de imaginação, de independência e até de uma certa nobreza estavam associadas com o trabalho na pesca, sobretudo dos “ mestres” que gozavam de grande respeito dentro da comunidade (Henfry, 1981; Cordell, 1989). Durante esse período formas de cultura e tradições pesqueiras como a reportada em trabalhos etnográficos eram vistos, primeiramente como sistemas adaptativos para superar a pobreza endêmica e a marginalidade social.

Antropólogos da América Latina estavam recolhendo evidências para refutar estereótipos econômicos e os cenários da “ tragédia dos comuns” (Hardin, 1968) e as doutrinas pessimistas relativas aos comportamentos das pessoas em condições extremas de pobreza e opressão. A literatura social da época (dominada pela “ cultura da pobreza” e pela teoria da dependência) estava preocupada com as consequências socioeconômicas da migração rural-urbana). A pobreza crescente e o rápido aumento dos moradores das favelas peri-urbanas em particular eram considerados o resultado direto das rupturas e perdas culturais; levando a uma fragmentação social e distúrbios sociais. Cordell,1989; Lobo (1982) e Diegues (1995) entre outros contestaram essas noções.

Um quadro diferente da natureza da cultura, da organização social e do comportamento, em condições de pobreza, começou a emergir nos estudos das comunidades de pescadores. As funções da pesca artesanal para a subsistência e produção artesanal da pesca (que podem ser consideradas como precursoras do conceito de economias sustentáveis) foram reveladas pelo seu valor do conhecimento ecológico tradicional e pela arquitetura das “ economias subterrâneas”, pelo papel importante das redes sociais (Cordell 1978), pela ética de cooperação e compartilhamento de alimento e métodos informais de solução de conflitos (Cordell, 1970; Kottak, 1966)

ADMINISTRANDO O MAR: o surgimento do manejo pesqueiro culturalmente determinado no Norte da Austrália e Oeste da Oceania.

Coincidindo com os estudos etnográficos no Brasil vários estudos da Oceania a começaram a identificar um conjunto de conhecimentos elaborados pelos pescadores nativos, incluindo casos de apropriação tradicional do mar, específicos do Pacífico Sul. Num estudo seminal, *Words of the Lagoon* (1981), um especialista em recifes de coral R.E.Johannes apresentou um conjunto de conhecimentos de pescadores sobre o comportamento e sistema de classificação dos peixes, dos habitats e práticas de acesso aos pesqueiros observados em Palau que poderiam ser utilizados no manejo pesqueiro contemporâneo. O Estreito de Torres se situa entre o Continente Austrália e a ilha de Nova Guiné onde se encontram o Mar do Coral e de Arafura. Durante a última era glacial o continente e a ilha eram ligados por uma ponte de terra. Entre 8.500 e 6.500 anos atrás a faixa de terra que ligava a Austrália a Nova Guiné submergiu quando as calotas polares derreteram e o nível do mar se elevou (Barham E Harris, 1983) . A nova formação marinha é um estreito raso com uma profundidade que não excede os 50 metros, com numerosas ilhas, ilhotas, recifes de coral e bancos de areia. As mudanças climáticas ao longo de muitas gerações da habitação humana não desencorajaram os assentamentos de ilhéus que demonstraram a estabilidade da caça do peixe-boi e tartaruga, consumidos ao longo dos últimos 5.000 anos.

Relações de caráter ecológico-cultural em sociedades de pescadores começaram a chamar a atenção de agências de manejo pesqueiro e responsáveis por políticas do setor na Oceania. Estudos anteriores de práticas tradicionais de pesca possibilitaram análises comparativas entre comunidades tradicionais, pescas e conservação marinha no Norte da Austrália, Papua Nova Guiné e ilhas Salomão (Cordell 1991c; Johannes e MacFarlane, 1991). No começo dos anos 1990 começaram a aparecer, publicamente, temas relacionados com conservação marinha e direitos das comunidades nativas subsequentemente ligados às políticas públicas. Os nativos queriam seu território terrestre e marinho de volta, participando de debates com poder de decisão sobre o manejo de parques nacionais muitos deles situados em territórios dos aborígenes; a pesca comercial australiana estava em crise, os corais do Great Barrier estavam sendo consumidos pelas estrelas do mar e destruídos pela sedimentação e poluição gerada pelas plantações de açúcar na Queensland. A mistura volátil de procura por justiça social com a necessidade de conservação marinha propiciou condições favoráveis para inovações, especialmente em novas formas de áreas protegidas marinhas que possibilitariam uma recuperação das pescas sem a remoção de grupos

nativos moradores de áreas distantes. Esses eventos levaram a uma aliança política sem precedentes entre os Blacks and Greens, a uma fusão de herança cultural com direitos de comunidades nativas bem como iniciativas inovadoras na forma de áreas nativas de proteção ambiental marinha, apoiadas pelo Governo (Cordell, 1991 a 1991 b). É difícil imaginar que os Ilhéus e os Aborígenes, cujos recursos naturais também incluem grandes áreas florestadas estivessem interessados em créditos de carbono, sem garantias de voz ou voto em projetos de reflorestamento em seus territórios.

Uma breve descrição da relação entre os ilhéus do Estreito de Torres com o ambiente marinho ilustra como essas comunidades nativas eram capazes de representar e defender o que consideram seus direitos, interesses e valores (kastom) e ganhar um crescente domínio do manejo marinho através da preservação de sua cultura sem serem marginalizados, removidos de seus territórios ou experimentar novas formas de opressão pelas autoridades governamentais ou pelas poderosas organizações não – governamentais.

SITIOS CULTURAIS SAGRADOS E O AMBIENTE TOTEMICO DO MAR

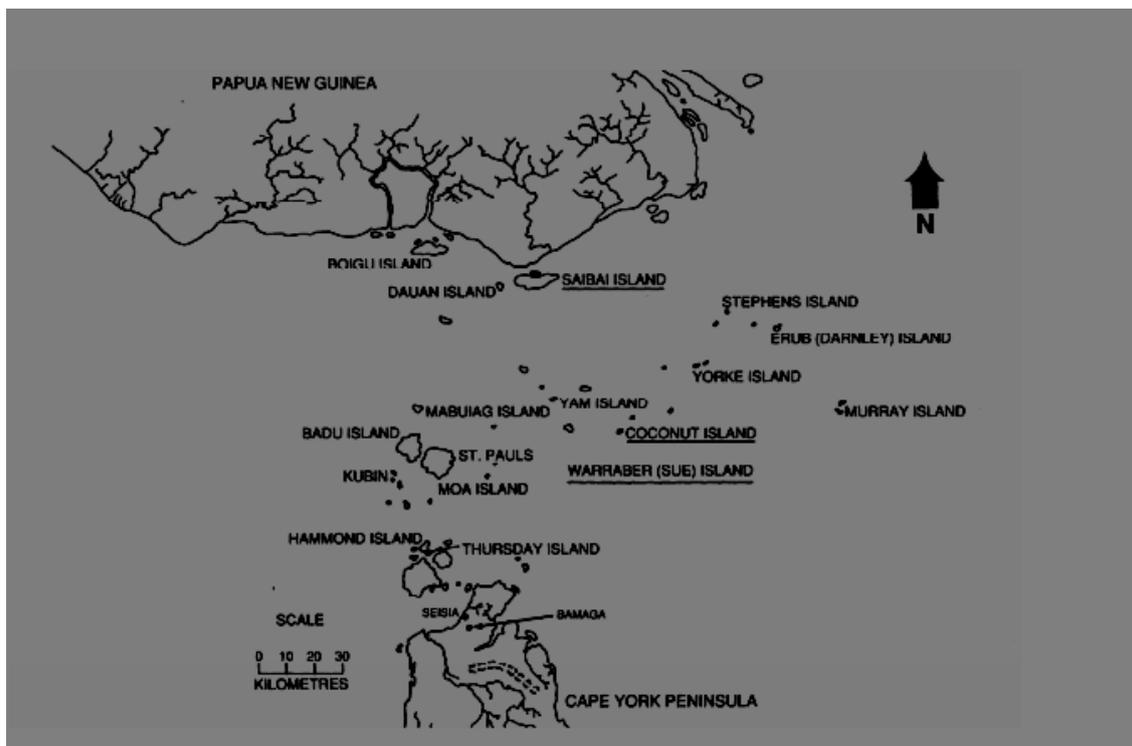


Figura 1: Região norte da Austrália e Nova Guiné

Ainda que menos célebre que os Recifes da Great Barrier, o Estreito de Torres tem uma bio-geografia distinta incluindo muitas ilhas remotas desabitadas, recifes e importantes pescas de significação cultural e comercial. As sociedades nativas do Estreito de Torres ocupam e usam a terra e recursos do mar sob sistema de posse consuetudinária e seus recifes e grande parte do fundo do mar são cobertos por lugares sagrados

Para os Ilhéus do Estreito de Torres, a história de seus movimentos de resistência e seus recentes êxitos no fronte da justiça social estão reformulando as políticas conservacionistas relacionadas com seus territórios nativos e seus recursos naturais através da Austrália. Além disso, esses eventos abriram um espaço político para elevar o reconhecimento de sua cultura e do manejo dos lugares sagrados, o que, por sua vez está elevando o nível de consciência em relação a um grande espectro de temas relacionados com meio-ambiente e desenvolvimento

Um tema recorrente através das etnografias das sociedades Melanesianas e Aborígenes está relacionado com as origens das conexões espirituais desses povos e sua relação com o mundo natural através dos atos de criação dos seres ancestrais ao longo

dos “ caminhos de sonhos”, uma série de lugares interligados, de história e linhas de cantos sagrados. Muitos desses lugares estão em áreas remotas dos territórios dos aborígenes, lugares que podem estar longínquos ou relativamente inacessíveis aos de fora. Tais lugares tendem a carregar vários tabus comportamentais ou de conhecimento e em alguns casos são manejados por um grupo social particular ou por indivíduos específicos. (Cordell 1991^a).

Muitos lugares culturais ou da história são uma chave de referência para traçar as viagens e narrar os feitos dos seres míticos ancestrais, incluindo suas viagens marítimas subaquáticas míticas. Esse conhecimento reforça o sentido de pertencimento, sua identidade cultural, seu sentido do tempo e da história, coordenação das atividades de caça e pesca e o sentimento de pertencer a uma ilha específica ou área de mar quando viajam para a Austrália continental.

Experiências recentes com conservação de base comunitária no Estreito de Torres caminham na direção de um novo tipo de áreas de conservação marinha – que reconhece os lugares sagrados como chave para proteger ambientes marinhos.

Da parte das instituições de manejo marinho, isso representa uma importante mudança filosófica na forma com que a “ herança cultural” é representada e priorizada dentro da estrutura de planejamento da conservação e suas ações na região.

Para os ilhéus do Estreito de Torres, a história de seus movimentos de resistência cultural e os progressos na justiça social está remodelando as políticas de conservação ambiental afetando os territórios nativos e seus recursos em toda a Austrália. Além disso, essas mudanças estão abrindo espaço para reforçar o perfil para a cultura e o manejo dos sítios sagrados, que, por sua vez está colaborando para aumentar a consciência sobre os impactos ambientais e desenvolvimentistas.

O mapeamento social e cultural dessas paisagens não europeias pode ajudar a apreender e preservar o espírito Melanésio e Aborígene e a geografia totêmica do lugar onde se ancora a identidade cultural. Numa perspectiva comparativa, a experiência do Estreito de Torres ilustra alguns os princípios estudados nos trabalhos recentes sobre a biodiversidade terrestre e marítima do Brasil (ver Diegues, 2003; Begossi 2006) . As comunidades tradicionais de pescadores artesanais ao longo da costa apresentam uma grande diversidade cultural, com identidades territoriais específicas baseadas em grande

tradição pesqueira, buscando novos usos e aplicação para seus conhecimentos etno-biológicos, indicando assim um caminho novo para a manutenção e uso da biodiversidade marinha.

EMERGENCIA E DIVERSIFICAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS NO BRASIL

Como na Oceania, ao passar dos anos, no Brasil, as imagens dos pescadores artesanais e a avaliação dos valores representados em sua herança cultural foi se modificando e se movendo em novas direções- em formas que pareciam inconcebíveis no “presente etnográfico” das décadas de 1960 e 1970.(Diegues,2000, Begossi, 2001). Os manguezais que simbolizavam a marginalidade social, áreas de refúgio dos mais pobres entre os pobres e paraísos para os quilombolas, descendentes dos escravos hoje são habitats muito valorizados para a implantação de lucrativas fazendas para criação do camarão. O mais surpreendente de tudo, no entanto, foi o aparecimento de um tipo de área protegida marinha, centrada principalmente na herança cultural que unifica a conservação da biodiversidade biológica e a herança cultural: o sistema de Reservas Extrativista Marinha. Elas levam em conta o conhecimento tradicional dos pescadores que alguns pesquisadores pensavam que iriam desaparecer em algumas décadas. A persistencia desses sistemas culturais, entre outras coisas, testemunham a capacidade de adaptação dessa pesca artesanal às mudanças sociais. Begossi (2006) em um recente trabalho de pesquisa relatou a surpreendente persistência de pesqueiros usados por pescadores do Nordeste e mencionados há décadas em pesquisas anteriores.

Para muitos pescadores artesanais, a opção de participar de uma reserva extrativista marinha, que confere a eles o uso prioritário dos recursos pesqueiros num território legalmente instituído, dá ao segmento dos mais pobres o sentimento de possuir alguma coisa mesmo que, na maioria dos casos, suas casas no continente não estão asseguradas uma vez que somente a parte costeira-marítima é coberta pela reserva extrativista marinha. Se a nova reserva vai assegurar mais direitos aos pescadores, ainda é cedo para afirmar.

As Resex Marinhas são caracterizadas por uma nova estratégia de conservação de base comunitária, incorporando e preservando o uso sustentável e os valores de conservação e de preservação dos valores tradicionais. Essas reservas variam de um lugar para outro ao longo da costa segundo o tamanho, a biogeografia, assinalando os objetivos do extrativismo, o zoneamento e a composição da comunidade (Pinto da Silva, 2004). São distintas das demais áreas protegidas marinhas em várias características básicas. Em lugar de valorizarem principalmente a conservação da biodiversidade, essas reservas possibilitam essas comunidades limitar o acesso, com usos e zoneamentos baseados na demonstração de identidades sócio-culturais coletivas e laços históricos com os territórios onde trabalham. Isso pode incluir áreas de desenvolvimento sustentável e de zonas de não-uso. Diegues (2000) mapeou os territórios das várias comunidades tradicionais brasileiras que trabalham na pesca artesanal, com diversos tipos de embarcações tais como os caiçaras e os descendentes de açorianos no litoral do Sudeste, jangadeiros no litoral nordestino, praianos no litoral amazônico, etc. Algumas dessas comunidades e seus territórios tradicionais de pesca foram transformados em reservas extrativistas marinhas.

As Resex Marinhas são essencialmente um esforço para modificar e estender o conceito de reservas extrativistas originalmente criadas para as comunidades da floresta amazônica, sobretudo de seringueiros liderados por Chico Mendes. As reservas marinhas são um atrativo porque tem o potencial de unificar e reconciliar elementos muitas vezes tidos como incompatíveis: a herança cultural e a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha.

À medida que as reservas extrativistas marinhas se desenvolvem é importante se avaliar como estão funcionando, e se ao integrar a pesca artesanal, ainda que em pequena escala, essas unidades de conservação, como sucedeu na Austrália oferecem alternativas para um real empoderamento das comunidades criando um caminho para a saída da pobreza e criar as bases para um manejo sustentável dos recursos pesqueiros.

MUDANÇAS CLIMATICAS: UM “ TRISTE TROPICOS” DO SECULO XXI

As percepções do mar, suas qualidades e propriedades, filtradas pela cultura, linguagem e sistemas de crenças são muito variáveis em diversas sociedades, espaço e tempo. Essa é a razão porque um pensamento aberto, capaz de abarcar um grande gama

de perspectivas analíticas e interpretativas é fundamental à medida em que o trabalho de conservação marinha avança. As interações humanas e as interações com o mar não podem ser reduzidas a uma só, universal, científica ou legalmente interpretada. Isso aparece no livro *The sea of small boats* (Cordell, 1989:1-22) e no livro *Imagem das Águas* de Antonio Diegues(2000) que indicam profundas mudanças na epistemologia, percepção e discursos diferenciados sobre a natureza do mar e “direitos do mar” ao longo da história europeia.

Em 1955, Claude Levi-Strauss publicou uma obra-mestra de suas viagens através do Brasil, *Tristes Tropiques*. Ele argumenta em favor de uma vida humana muito resiliente, existindo simultaneamente em duas linhas do tempo: uma como evento da história e outra como resultante de ciclos temporais longos no qual predominam os padrões míticos.

É ainda pouco claro se as transformações atmosféricas colocam o mundo e as sociedades tradicionais numa era “pós-estruturalista” ou num verdadeiro drama dos “tristes trópicos”, de proporções épicas, inimaginável para alguém que morou no Brasil na década de 30. É possível, mas pode não ser. Nós sabemos que os recifes de coral estão em situação perigosa por causa das altas concentrações de dióxido de carbono.. Apesar disso, visões de mundo e formas de organização social, os sistemas de tenência tradicional do mar e de rituais que limitam o acesso espacial e exploração dos recursos naturais) persistem por séculos nos mares e recifes em muitas tradições da pesca artesanal. Até os povos mais pobres dos mares tropicais podem ter, potencialmente, uma pesca costeira sustentável. As alternativas e estratégias de resiliência socioeconômica e cultural se desenvolveram em muitas sociedades “artesaniais” e situações que tendem a limitar os riscos sociais e ambientais.

As análises desenvolvidas neste trabalho mostram que os sistemas culturais desempenham um papel relevante para a adaptação comunitária e regional à mudança climática, ajudando a reduzir os traumas ambientais e as incertezas. É importante se considerar como reforçar a diversidade cultural, direitos e representações dessas comunidades nos debates sobre mudanças climáticas, pois este é o único modo pelo qual escalas sociais manejáveis e equidade são conseguidas na conservação da biodiversidade e em outros contextos de manejo de recursos naturais.

De outra maneira, o perigo é que, somente, medidas e políticas tecno-científicas de conservação, frequentemente draconianas, sejam impostas como a única solução para os problemas ambientais (como as intervenções de alto custo agora demandadas para solucionar a grave crise marinha, instituindo 20% de zonas de não-uso, virtualmente impossível de implantar como rede global de áreas protegidas marinhas). Paradoxalmente tais medidas podem causar maiores riscos ao meio de vida das comunidades que todas as consequências de mudança climática, por eliminar as fontes históricas de resiliência sócio-econômica, adaptabilidade, e segurança frente a adversidade ambiental.

Comunidades de pescadores e agências regulatórias, como nunca antes, no Brasil, Oceania e em muitos litorais tropicais estão sendo desafiadas a trabalhar juntas e tomar posições formais em matérias como impactos ambientais, herança cultural e conservação e criar definições operacionais mais realistas do que constituem o costume e a tradição (as culturas não existem em cápsulas do tempo)

As experiências revisitadas aqui no Brasil e no Estreito de Torres ao instituir áreas protegidas marinhas com participação comunitária e multi-uso oferecem uma estratégia tentadora e potencialmente realizável para fazer avançar a conservação marinha e a justiça social, simultaneamente, concentrando-se na autonomia de municipalidades locais como enclaves de pesca. Na medida em que estas e outras áreas marinhas protegidas de outras regiões tornarem-se mais conhecidas e equipadas com ferramentas adequadas para monitorar sua efetividade de uso múltiplo, há esperança que outros países sejam encorajados para procurar alternativas e parcerias afim de apoiar os pescadores artesanais, sejam eles nativos ou não-nativos no sentido de reverter a crise dos mares.

Nossa melhor aposta para conter o aquecimento global é consolidar as conquistas e ganhos conseguidos nas áreas tropicais, usando as ferramentas de manejo participativo atualmente disponíveis (ver Banco Mundial, 2006, capit.2). Isso nos ajudará a valorizar as culturas locais e não destruir sistemas de direitos territoriais comunais que ainda existem nos mares tropicais.

Bibliografia:

- Agardy, T.S. 2003. Dangerous Targets? Unresolved Issues and Ideological Clashes Around Marine Protected Areas. *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*. 13(4): 353-67.
- Begossi, A. 2006. Temporal stability in fishing spots: conservation and co-management in Brazilian artisanal coastal fisheries. *Ecology and Society* 11(1): 5. [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art5/>
- Colding, Johan and Carl Folke. 2001. Social Taboos: "Invisible" Systems of Local Resource Management and Biological Conservation. *Ecological Applications*. Vol. 11, No. 2 (Apr., 2001), pp. 584-600.
- Cordell, J. 2006. Brazil: Dynamics and Challenges of Marine Protected Area Development and Coastal Protection. In: *Scaling Up Marine Management: The Role of Marine Protected Areas*. Part II. Country Studies. World Bank. pp. 58-75.
- Cordell, J. 2003. Brazil's Coastal Marine Extractive Reserves (MER) Initiative: Protected Area Management Capacity-Building, Social Policy, and Technical Assistance Needs Assessment. Consultancy Report. The Ford Foundation (Rio Office) and IBAMA/CNPT (*Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populacoes Tradicionais*). Brasilia. July.
- Cordell, J. 2002. Remapping the Waters: The Significance of Sea Tenure-Based Protected Areas. Keynote Address. III Conference on property Rights, Economics and the Environment: Marine Resources. Centre d'Analyse Economique de l'Universite d' Aix-Marseille. In: *Marine Resources, Property Rights, Economics and Environment*. (M. Falque, M. de Alessi and H. Lamotte, eds.) Vol. 14, *International Review of Comparative Public Policy*. pp. 265-493. Elsevier Science. Amsterdam.
- Cordell, J. 1995b. *Indigenous Management of Land and Sea on Cape York Peninsula*. Cape York Peninsula Land Use Strategy (CYPLUS) J. Cordell, ed. Office of Coordinator General. Brisbane. Australia. 430 pp.
- Cordell, J. (ed.) 1991a. Western Oceania: Caring for the Ancestral Domain. *Cultural Survival Quarterly*. Volume 15, No. 2.
- Cordell, J. 1991c. *Managing Sea Country: Tenure and Sustainability of Aboriginal and Torres Strait Islander Marine Resources*. Ecologically Sustainable Development (ESD) Fisheries Working Group, Report on Indigenous Fishing. Australian Fisheries Management Authority & Australian Conservation Foundation. Canberra. 148 pp.
- Cordell, J. (ed.) 1989. *A Sea of Small Boats*. Cultural Survival. Cambridge, Mass.
- Diegues, A.C. 2000a *Imagem das Aguas*. Huictec. Sao Paulo.
- Diegues, A.C. (ed.). 2000b *Ethnoconservacao da Natureza: Enfoques Alternativos*. In A. Diegues (ed.) *Ethnoconservacao*. Hucitec / Nupaub. Sao Paulo.
- Henfrey, Colin. 1981. The Hungry Imagination: Social Formation, Popular Culture and Ideology in Bahia. In: *The Logic of Poverty*, (Simon Mitchell, ed.). Latin American Studies Institute. University of Glasgow. Routledge and Kegan Paul. London.

IBAMA /CNPT 2001. *Reservas Extrativistas, Termos de Referencia, Plan de Manejo de Uso Multiplo. Documentacao Para Discussao Publica.* IBAMA, Brasilia

Johannes, R. E. 1981. *Words of the Lagoon: Fishing and Marine Lore in the Palau District of Micronesia.* Berkeley, University of California Press.

Kottak, C., 1966. *The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community.* Ph.D. Thesis, Department of Anthropology, Columbia University, New York.

Lobo, S. 1982. *A House of My Own. Social Organization in Squatter Settlements of Lima, Peru.* University of Arizona Press. Tucson.

Lomnitz, L. 1977. *Networks and Marginality: Life in a Mexican Shantytown.* Academic Press. New York.

LeRoy J. P. and D. Silvestre (eds.) 2003. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Economicos, Sociais, e Culturais. Plataforma DHESC Brasil. 2003. *Populacoes Litoraneas Ameacadas: Carcinicultura, Pesca Industrial, Turismo, Empreendimentos Publicos e Poluicao.* Relatório da Missão a Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte). Relatoria Nacional Para O Direito Humano Ao Meio Ambiente

McNiven, I. and R. Feldman. 2003. Ritually Orchestrated Seascapes: Hunting Magic and Dugong Bones in Torres Strait, NE Australia. *Cambridge Archaeological Journal* 13: 161-194. Cambridge University Press.

Norse, Elliot. 2005. The Toughest Conservation Sell on Earth: MPAs To Protect Pelagic Hot Spots on The High Seas. First International MPAs Congress. (IMPAC1). Geelong, Australia (October). IUCN/WCPA.

Pinto da Silva, P. S.V. 2004. From Common Property To Co-Management: Lessons from Brazil's First Marine Extractive Reserve. *Marine Policy* 28, 419-428

Roberts, C.M. and J.P. Hawkins. 2000. *Fully-Protected Marine Reserves: A Guide.* WWF Endangered Seas Program and Unvironment Department, University of York. Washington, D.C.

Teixeira de Andrade, R. M. 2006. *The third bank of the São Francisco River: culture, nature and power in Northeast Brazil 1853-2003.* Unpublished Ph.D. Dissertation, University of California, Berkeley, California.

World Bank. 2006. Scaling Up Marine Management: The Role of Marine Protected Areas. Report No. 36635. Environment Dept. and Sustainable Development Network. Washington, D.C.